

Moção N.º. /2014

PELA REPOSIÇÃO DAS FREGUESIAS

O processo de agregação/extinção de centenas de freguesias, concretizado com a Lei nº 11-A/2013, insere-se num objectivo mais amplo de liquidação do Poder Local Democrático, conquista do 25 de Abril de 74, consagrada na Constituição da República Portuguesa.

O processo que o Governo apelidou de "reorganização administrativa territorial autárquica" significa a continuação de um projecto de encerramento de serviços públicos e de afastamento das populações dos seus órgãos autárquicos. Em muitas situações, depois do encerramento de diversos serviços, a Junta de Freguesia corresponde ao último serviço público existente.

Nas últimas eleições autárquicas quase todas as forças políticas apresentaram às populações programas nos quais estava inscrito o objectivo de continuar a luta contra a agregação/extinção das respectivas freguesias, que obtiveram o apoio massivo da população.

Muitas autarquias, mesmo depois de agregadas, continuam a manter em funcionamento as sedes das Juntas correspondentes às antigas freguesias, a manter o serviço de proximidade e a defender as características e a identidade de cada uma das freguesias, como é disso exemplo a nossa União de Freguesias do Cacém e São Marcos.

À posição convicta, que os autarcas de freguesia e as populações sempre demonstraram contra a agregação/extinção das freguesias somam-se agora na prática os problemas e as contradições já identificados no processo de agregação, o que vem comprovar a justeza das posições assumidas.

Mas este objectivo de destruição do poder local não se ficará pelas freguesias. O chamado "guião da reforma do estado" já avança com a agregação de municípios e, ao contrário do que muitas vezes é repetido, assiste-se a um processo de centralização, em entidades inter-municipais, de um conjunto de competências municipais, de grande importância para as populações, visando o seu esvaziamento e enfraquecimento.

Os autarcas, designadamente das Freguesias, que não desistiram nem desister da luta pela "devolução" das freguesias extintas, estão a defender as suas

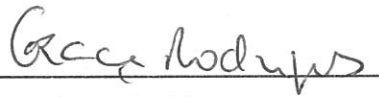


populações e as freguesias, impedido a concretização deste projecto político de destruição do Poder Local Democrático.


Assim, a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias do Cacém e São Marcos reunida a 29 de Abril de 2014 delibera:

1. Reafirmar a exigência de devolução das freguesias liquidadas, conforme a vontade das populações;
2. Manifestar a sua oposição ao projecto de destruição do Poder Local Democrático, exigindo que no respeito pela Constituição da República Portuguesa, a autonomia administrativa e financeira do poder local seja respeitada.
3. Da votação desta proposta deve ser dado conhecimento ao executivo da Câmara Municipal de Sintra, à Mesa da Assembleia Municipal de Sintra, aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República, à ANAFRE e às redações da Comunicação Social, local, regional e nacional

Os eleitos da Coligação Democrática Unitária na Assembleia de Freguesia da União de Freguesias do Cacém e São Marcos


Graça Rodrigues


Rodolfo Caseiro


Luís Silva


José Ranita